

DISCURSO DE S. EXA. O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA SAÚDE

Conferência Interparlamentar | O combate à pandemia de Covid-19 – Quais os contributos para a definição de uma política de saúde europeia mais forte?

(1ª Intervenção)

13 de abril de 2021

Senhora Presidente da Comissão de Saúde da Assembleia da República, Deputada Maria Antónia de Almeida Santos

Senhora Comissária Europeia para a Saúde e Segurança Alimentar, Mrs. Stella Kyriakides,

Senhoras e Senhores Deputados,

1. Ao longo desta pandemia e do tempo particularmente difícil que vivemos, em Portugal, como aliás na generalidade do Estados-Membros, demos sempre boa prova da vivacidade do nosso Parlamento, que nunca interrompeu as suas funções e que se reafirmou como vetor fundamental e insubstituível da nossa vida democrática, com grande capacidade de resiliência e adaptação.
2. Quero, por isso mesmo, começar por saudar, de uma forma muito especial, a organização desta Conferência Interparlamentar, que valoriza a dimensão parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e reforça a importância parlamentar deste diálogo entre os Parlamentos aqui reunidos.
3. Antes de exercer estas funções, fui deputado à Assembleia da República e por isso não só conheço bem como reconheço, hoje mais que nunca, a importância do papel das senhoras e dos senhores deputados, que cumprimento com grande entusiasmo, e também com saudade pela distância física que este tempo nos impõe.
Permitam-me, pois, uma palavra de agradecimento por todo o trabalho que têm desenvolvido ao longo desta pandemia, ajudando-nos, e ajudando o país a combatê-la com determinação e empenho.
4. Saúdo de uma forma muito especial as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados que integram as Comissões da Saúde e a Comissões de Trabalho e Segurança Social, não só do parlamento Português e agradeço, em particular, à Sr.ª Presidente da Comissão da Saúde, Sr.ª Deputada Maria Antónia Almeida Santos, pelo convite para estar aqui hoje convosco, em representação S. Exa. a Ministra da Saúde, que muito me honra e sensibiliza.



Quero cumprimentar também a Senhora Comissária Europeia para a Saúde e Segurança Alimentar, cuja presença neste debate nos enriquece a todos, e felicitá-la pelo trabalho desenvolvido no plano europeu ao longo do combate à pandemia.

5. Quando começámos os nossos mandatos, estávamos longe, muito longe, de imaginar que seríamos confrontados com uma ameaça desta dimensão, com um desafio que muitas vezes para ser superior às nossas forças, mas estamos cá para responder às adversidades com redobrada energia e convicção. Aqui, no ponto mais ocidental da Europa, onde a Europa abraça o Atlântico, reforçamos que por mais cansados que estejamos, não desistiremos.

Minhas senhoras e meus senhores,

6. Saúdo também os senhores deputados pela escolha do tema para esta conferência interparlamentar, porque se é certo que ao longo deste mais de um ano de combate à pandemia nunca perdemos a capacidade de olhar em retrospectiva e corrigir caminhos, por outro precisamos sempre de manter a capacidade de olhar em frente e antecipar respostas às dificuldades que continuam e continuarão a surgir.
7. E o que estamos a fazer aqui hoje: A olhar mais longe, a construir um futuro melhor, que responda aos inúmeros desafios de saúde, económicos e sociais que esta pandemia acarreta. A experiência que adquirimos nestes últimos tempos foi o desafio das nossas vidas, mas pode também ser um forte contributo para a robustez do projeto europeu, alicerçado na Saúde, com o cidadão no centro da decisão.
8. Os impactos na saúde provocados pela COVID-19, até este momento, são largamente conhecidos de todos. Atravessamos ainda hoje uma pandemia que em alguns momentos colocou à prova, como nunca, todas as estruturas de saúde, independentemente da sua dimensão original.
 - a. Colocou à prova a capacidade de resposta dos sistemas de saúde, que em Portugal se expandiu até muito para lá do que julgávamos ser o seu limite, dando sempre resposta a todas as sucessivas dificuldades;
 - b. colocou à prova a capacidade de reorganização dos nossos serviços e profissionais de saúde;



Mas também:

- c. reforçou a importância das respostas intersectoriais;
 - d. exigiu capacidade de inovação e transformação, nomeadamente: digitalização dos meios e expansão da rede laboratorial e da rede clínica, nos cuidados intensivos e nas enfermarias
 - e. Melhorou a capacidade de respostas em saúde pública
9. Mas, se me permitem, nesta ocasião gostaria de trazer mais do que a minha visão de antigo parlamentar ou de governante, mas também a da minha profissão de base: médico. Como profissional de saúde com mais de 30 anos de experiência clínica - gostava de chamar a atenção para aquilo que considero ser um dos maiores ensinamentos da pandemia, a oportunidade de olharmos com redobrada atenção para a singularidade de cada indivíduo, de cada doente, de cada cidadão que servimos e de cada profissional de saúde que serve.
10. Começemos pelos profissionais de saúde, por olhar para a dimensão extraordinária das proezas que superaram, para o esforço sem limites a que se sujeitaram e para as marcas que inevitavelmente este combate neles deixará. **Em Portugal, reforçámos em 11 mil o número de profissionais de saúde que nos ajudaram e ajudam, reconhecendo também que são muitos os desafios que continuam a colocar-se para a melhoria dos cuidados, do acesso e do serviço que prestamos.**
11. Quando olhamos para os nossos doentes, para os que estiveram infetados com COVID-19 e resistiram, sabemos que existem sequelas e um acompanhamento posterior que não podemos ignorar, nem desvalorizar. Recordamos diariamente todos aqueles que, sofrendo de outras patologias, necessitam de ver os seus cuidados retomados.
12. **A COVID-19 deixará certamente impactos na saúde que ultrapassam os da pandemia e as suas dificuldades circunstanciais, cuja expressão maior contabilizaremos nas dificuldades dos nossos doentes, que continuarão a ser o nosso foco, até ao limite das nossas possibilidades, com o recuperar progressivo da atividade assistencial.**
13. Há, no entanto, uma reflexão mais profunda que não podemos ignorar: as expressões de solidariedade social, o cuidado dos mais frágeis, a atenção às vulnerabilidades da coesão social, as estratégias de relacionamentos interpessoais, a organização laboral, as prioridades da investigação científica, entre muitos outros. É neste registo que faz todo o sentido também repensar os sistemas de saúde e a medicina que praticamos. Precisamos de reforçar a humanização dos cuidados de saúde, reconfigurando os sistemas de saúde, as suas profissões e as suas organizações.



14. Permitam-me igualmente partilhar uma nota sobre os efeitos sociais da COVID-19 - certo, porém, de que outros, ao longo deste dia e que aproveito também para cumprimentar, abordarão o tema com maior autoridade política e profissional do que eu. Na saúde, em particular na perspetiva da saúde pública, não podemos ignorar os contextos sociais que determinam decisivamente o estado de saúde de cada um. Se hoje consideramos que a saúde deve estar em todas as políticas, é porque consideramos que todas as políticas sectoriais atuam decisivamente sobre os seus determinantes. Além disso, não esquecemos que esta pandemia atingiu com especial intensidade os mais vulneráveis e que as consequências prolongar-se-ão por mais tempo nos grupos mais desfavorecidos e os seus impactos serão diferidos à distância. Se dúvidas existissem sobre esse aspeto, a fase que vivemos hoje, de relativa estabilidade no número de casos diários, quase sempre associados a surtos devidamente identificados, permite-nos confirmar a dificuldade de suprimir a infeção em contextos particularmente vulneráveis, afetando os que vivem em piores condições de habitação, os que trabalham em piores condições de distanciamento e os que têm menor proteção social. Falamos, por exemplo, da população migrante, das bolsas de pobreza, dos profissionais de sectores como a agricultura e a construção civil, entre tantos outros.
15. Da mesma forma que fomos capazes de proteger os mais vulneráveis devido à sua idade, nomeadamente através da vacinação e, antes disso, da ação decisiva sobre as estruturas residenciais para idosos, é nosso dever colocar agora o mesmo empenho na proteção dos mais vulneráveis devido a fatores sociais e económicos. É isso que o Governo Português tem procurado fazer desde o primeiro momento, através de iniciativas de proteção social sem precedentes, que manteremos, e é isso que certamente continuaremos a fazer também na Saúde, através de um acompanhamento mais próximo e incisivo de cada uma destas situações. Precisamos, também nesta área, de uma ação intersectorial, determinada, solidária e comprometida.
16. Hoje, sabemos que travar esta pandemia em nome da saúde pública é, simultaneamente, travar a crise económica e social. Os períodos de governação têm-se afirmado como momentos de avanço, reforço e progresso do SNS e da saúde pública, pela promoção da equidade entre pessoas e territórios, alcançada pelo serviço aos cidadãos com mais qualidade, com mais prontidão, com maior proximidade e com menores custos diretos de utilização, conseguindo melhorias assinaláveis nos resultados em saúde para os portugueses. Tudo isto permitiu a Portugal alcançar indicadores de saúde muito favoráveis, igualando-se em muitas variáveis aos países com melhores resultados. Continuaremos a trabalhar para melhorar outros indicadores onde ainda não estamos onde gostaríamos.



17. Foi com essa visão que, em 1979, aprovámos a lei que criou o SNS, que contribuiu de forma extraordinária para a melhoria da saúde dos portugueses e é reconhecido como a obra política e socialmente mais relevante da nossa democracia. Foi com essa determinação que, em 2019, aprovámos a Lei de Bases da Saúde. Foi com esse empenho que, em 2020, garantimos a resposta à pandemia e o acesso aos cuidados de saúde necessários a todos os nossos cidadãos, para que ninguém fique para trás.
18. Será com a mesma capacidade e a mesma energia que que poderão contar connosco, com o XXII Governo Constitucional para continuar a responder aos inúmeros desafios que o futuro nos coloca. Sei que também continuaremos a contar convosco, na construção de uma Europa que fale a uma só voz e não se canse na defesa da saúde dos nossos concidadãos

Muito obrigado a todas e a todos.



DISCURSO DE S. EXA. O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA SAÚDE

Conferência Interparlamentar | O combate à pandemia de Covid-19 – Quais os contributos para a definição de uma política de saúde europeia mais forte?

(2ª Intervenção)

13 de abril de 2021

1. A Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia é um momento marcante para a história de Portugal na União e para a construção do projeto europeu, ao surgir num contexto particularmente marcante da nossa vida coletiva: o combate à pandemia provocada pela COVID-19. A dimensão do desafio que temos em mãos, político, sanitário, económico e social, exige, diariamente, o melhor de cada um de nós.
2. Quando recebemos profissionais de saúde alemães, luxemburgueses e Franceses, reforçamos o projeto europeu.
Estamos disponíveis para contribuir na mesma medida, e também no reforço da cooperação bilateral Europa-África.
Porque este não é um ranking de países, é uma luta da Humanidade, para o qual todos estamos convocados.
3. O momento político que vivemos, em que ao populismo e ao extremismo contrapomos com a afirmação do papel determinante das instituições democráticas e com o reforço da sua influência decisiva na nossa vida coletiva, apela simultaneamente ao contributo de todos, em particular através da valorização dos diferentes parlamentos enquanto símbolos máximos da nossa democracia e da participação na construção social.
4. O combate à pandemia da COVID-19 exigiu, para além de intervenções locais, regionais e nacionais decisivas, uma intervenção europeia determinante, destacando-se a capacidade de testagem, a aquisição de equipamentos de proteção individual, máscaras e ventiladores, a colaboração entre profissionais de saúde ao nível clínico, a vacinação, a qual evidenciou a necessidade de uma Europa mais coesa.
5. No plano europeu, sobre o qual a Sr.ª Comissária para a Saúde e Segurança Alimentar também nos ajudou a perceber, esta pandemia teve o mérito de nos despertar para a importância de respostas conjuntas na área da saúde, integradas nas restantes políticas da união europeia. As respostas europeias à crise de saúde pública, ainda que circunstanciais, deixarão, tal como no



nosso país, marcas estruturais, nomeadamente as viabilizadas pelo recente programa europeu EU4Health, que disponibilizará 5,1 mil milhões de euros para reforçar a resiliência dos sistemas de saúde e promover a inovação no setor. Este programa procurará, em especial, tornar a população da UE mais saudável, apoiando a luta contra as ameaças sanitárias transfronteiras e reforçando a preparação e a capacidade da UE para responder eficazmente a novas crises sanitárias, no âmbito de uma futura União Europeia da Saúde mais forte. Acresce ainda no PRR a alocação de mais de 1300 milhões de euros para reforço de diferentes componentes do Serviço Nacional de Saúde, como a reforma dos cuidados primários, a rede de cuidados continuados, a saúde mental, o investimento em hospitais de proximidade e a transição digital.

6. Ainda que tudo isto pareça, agora, resultar apenas da pandemia, gostaria de recordar a verdadeira dimensão e a real natureza dos compromissos deste Governo, quer no plano nacional, quer no plano europeu, relativamente a estes temas.
7. No plano nacional, assumidos no Programa de Governo, assente em quatro desafios estratégicos fundamentais: as alterações climáticas, a demografia, as desigualdades e a sociedade digital. A pandemia apenas aprofundou a importância de cada um destes eixos estratégicos como orientadores da nossa ação. Desde 1979, quando foi aprovada a lei que criou o SNS, vários fatores evoluíram e colocaram pressão sobre o mesmo: a transição demográfica, com envelhecimento da população; a transição de morbilidade, com preponderância de doenças crónicas; a aceleração do progresso tecnológico, com oferta ampliada e mais onerosa de novas soluções de diagnóstico e terapêutica; e a debilitação da capacidade de financiamento, associada a crises ou limitações da economia ou das finanças públicas, que temos revertido. A tudo isso continuaremos a dar resposta, assente nos quatro eixos que identifiquei.
8. No plano europeu, assumidos desde as eleições europeias, em que a importância do pilar europeu dos direitos sociais foi sempre destacada, com o objetivo de estabelecer um novo contrato social europeu como grande meta do mandato. Recordo, a esse propósito, os compromissos desta presidência com três grandes prioridades, entre as quais a concretização do pilar social da União, e os seus cinco eixos, destacando-se a promoção do reforço da cooperação entre os Estados-Membros na área da Saúde, apoiando as ações necessárias para aumentar a capacidade de resposta dos serviços de saúde às ameaças à saúde pública.
9. Relembro que em Portugal, esta crise de saúde pública foi, também, um momento decisivo de reafirmação das nossas bases constitucionais, do Serviço Nacional de Saúde e das prioridades da Lei de Bases da Saúde, que aprovámos nesta Assembleia em 2019 e da qual muito me orgulho, por termos percorrido esse trajeto em conjunto. Assim como durante esta pandemia não



falhámos nas dimensões da resposta emergente, urgente e prioritária, certo é que na dimensão política também não falhámos, antes e durante a pandemia, perante as respostas que nos foram exigidas em cada momento.

10. Se esta pandemia nos retirou expectativas, proximidade física, capital humano e nos deprimiu economicamente, restitui-nos por outro lado a ambição e a esperança de uma Europa mais solidária, mais forte e mais coesa.

Muito obrigado.

